

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTE XÁVEGA EM PORTUGAL: SUA INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TEORIAS INERENTES

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTE XÁVEGA EM PORTUGAL: SUA INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TEORIAS INERENTES

Olegário Nelson Azevedo Pereira¹, João Alveirinho Dias² e Maria Rosário Bastos³

RESUMO

A arte xávega é uma das principais técnicas tradicionais de pesca marítima em Portugal. Utilizada principalmente na captura de espécies pelágicas, é uma arte envolvente de arrasto pelo fundo, cuja rede é puxada ou recolhida a partir da praia. Por tais motivos, o exercício deste labor só é exequível em zonas costeiras cujos fundos marinhos sejam arenosos e as praias suficientemente extensas de forma a proporcionar as necessárias manobras das embarcações e das redes. As regiões portuguesas onde predominam tais características geomorfológicas, portanto propiciadoras da atividade, são a região do Centro litoral e a região Algarvia.

A questão da introdução desta arte em Portugal tem conhecido diversos debates, resultantes em diferentes teses. Em regra, os Autores localizam-na cronologicamente apenas em meados do século XVIII. A proibição de pesca de arrasto na Catalunha (Espanha) terá contribuído para que os pescadores dispersassem para outras zonas. Daqui resultam duas teses gerais. A primeira refere a chegada desses pescadores catalães ao Algarve e a resultante aplicação da xávega, depois desenvolvida noutras regiões. A segunda aponta o entorno da laguna de Aveiro como zona de implementação dessa prática piscatória, devendo-se posteriormente aos pescadores a sua disseminação para Sul, aquando da procura de zonas piscatórias mais rentáveis ou acompanhando os ritmos de sazonalidade próprios da faina piscatória. Como quer que seja, a xávega é também apelidada como “arte nova” o que, obviamente pressupõe a existência de um tipo de pesca análogo, mas anterior.

Na verdade, como se pretende demonstrar com o presente estudo, a técnica já seria praticada antes de tais cronologias. Ao longo da época tardo medieval são diversos os documentos que se lhe referem como *enxaueguas*. Os contatos seculares entre portugueses, catalães e galegos, bem como a transação de sardinha e a sua relevância comercial, sustentam a hipótese da existência de uma arte piscatória produtiva. Para além disso, as modificações geomorfológicas ocorridas em tempos medievos nas regiões costeiras onde atualmente se emprega a arte xávega, traduziram-se na formação de amplas zonas costeiras arenosas, propiciadoras da sua utilização.

Palavra Chave – Arte Xávega; Pesca; Costa Portuguesa; Idade Média.

ABSTRACT

The “art of xávega” is one of the most important traditional techniques of sea fishing in Portugal. Mainly used in the capture of pelagic species, it’s an art of bottom trawling, whose nets are collected from the beach. For these reasons, its use is only possible in coastal areas with sandy seafloors and sufficiently extensive beaches, capable of providing the necessary space and type of terrain to the manoeuvres of vessels and fishing nets. The regions with such geomorphological characteristics are the central portuguese coast and Algarve.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA / UERJ) & Bolsista da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) procedente do convénio FAPERJ / CEPESE (Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Porto, Portugal). Email: olegario.pereira@hotmail.com

2 Cima – Centro de Investigação Marinha e Ambiental, Faro, Portugal. Email: jdias@ualg.pt

3 Universidade Aberta & Cepese – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Porto, Portugal. Email: rbastos@uab.pt

The question about the introduction of this art in Portugal has got many debates, resulting in different theses. Usually, Authors chronologically located it's appearance only in the mid-eighteenth century. The trawling ban in Catalonia (Spain) had contributed to the dispersion of fishermen to another fishing areas, such as the ones located in Portugal. This consequence results in two general theses. The first concerns to the arrival of those Catalan fishermen to the Algarve and the beginning of *xávega*, application then developed on other areas. The second admits the surroundings of Aveiro lagoon as implementation zone of this fishing practice. Subsequently, from here, it has spread south as fishermen where seeking more profitable fishing areas or accompanying the seasonal rhythms of labour. In any case, the *xávega* is also called "new art", which obviously presupposes the existence of a type of analogue fishing, but with an earlier existence.

In fact, as we intended to demonstrate by the present study, the technique was practiced before such chronologies. Throughout the late medieval centuries, there are many documents regarded to the art as "*enxaueguas*". Secular contacts between Portuguese, Catalan and Galician, as well as sardines transaction and its commercial relevance, support the hypothesis of the existence of a such productive fishing art. Furthermore, geomorphological changes occurred in medieval times and conducted to the formation of wide sandy coastal areas in regions where currently *xávega* art is employed.

Keywords – Art of *xávega*; fishing; portuguese coast; Middle Ages.

INTRODUÇÃO

País maioritariamente oceânico, com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 1, 700,000 Kms² e apresentando uma ampla fachada atlântica, Portugal manifestou desde cedo uma propensão para a exploração dos recursos marítimos. As características das correntes, a existência de afloramento costeiro (*coastal upwelling*) e as condições geomorfológicas estuarinas, propiciaram uma alta produtividade piscatória em tempos medievais, envolvendo uma numerosa parte da população nessa

labuta¹. Não obstante o interesse no pescado por parte de outras categorias sociais, seriam as menos favorecidas as maiores consumidoras, sendo as mesmas a dedicar-se à sua captura².

Sabe-se da importância da atividade piscatória em tempos medievais. Os altos rendimentos subtraídos da atividade pela coroa, clero e nobreza³, que desde sempre reservaram espaços de pesca para seu proveito⁴, são por si uma prova disso. Acresce a elevada necessidade de consumo de pescado observável no regime alimentar da época e nas imposições das regulamentações canónicas⁵. Por outro lado, a indispensabilidade de pescado para obtenção de cereais, através das trocas comerciais, demonstra a sua importância na balança comercial⁶. Por último, mas não menos importante, refira-se o facto de haver interesse de sociedades estrangeiras nas pescarias portuguesas no século XIV⁷ e se observarem elevadas taxas de exportação de pescado para o Mediterrâneo Ocidental no século XV⁸, o que é mais um indicador da importância do pescado para a economia portuguesa medievla. Neste sentido, foram desenvolvidas várias estratégias de captura de peixe. Evidentemente que nos cursos fluviais e litorais abrigados, a tipologia de utensílios piscatórios eram (e são) mais rudimentares (*e.g.* pesca à linha, pesca à mão, ramada, *troviscada*, nassas, covos ou covões, etc.⁹). Em mar aberto ou mesmo em zonas lagunares e estuarinas de forte agitação marítima, os artificios para a pesca costeira terão de necessariamente apresentar outra dimensão e resistência. Assim, diversas tipologias se foram desenvolvendo ou introduzindo na atividade piscatória marítima em Portugal, entre outras, a *xávega*, da qual nos ocuparemos no presente estudo.

A arte *xávega* pertence à tipologia das artes piscatórias envolventes-arrastantes de alar, cujo objetivo é

¹ CORTESÃO; 1978, p. 25, 73.

² MARQUES; 1981, p. 9.

³ MARQUES; 1987, p. 111.

⁴ BARROS; 1949, pp. 42-47, 83-86, 90-92.

⁵ MARQUES; 1981, p. 9. *Idem*; 1987, pp. 464-465. SILVA; 1991, p. 106 e 158.

⁶ AMORIM; 2009, p. 254.

⁷ MARQUES; 1987, p. 112.

⁸ BARATA; 1998, pp. 107-109, 118-120. MARQUES; 1987, pp. 167, 169.

⁹ GOMES; 2011, pp. 21-23.

cercar e alar para terra cardumes de pelágicos. Trata-se de uma técnica não seletiva, empregue principalmente para a pesca da sardinha, carapau e cavala¹⁰. A rede é constituída por uma *bocada* - parte principal ou saco – sendo que as suas extremidades, ou *calões*, encontram-se atados a cabos chamados de *calas*. A restante parte da rede, situada entre o seu saco e extremidades, designa-se por *mangas* (fig. 1).

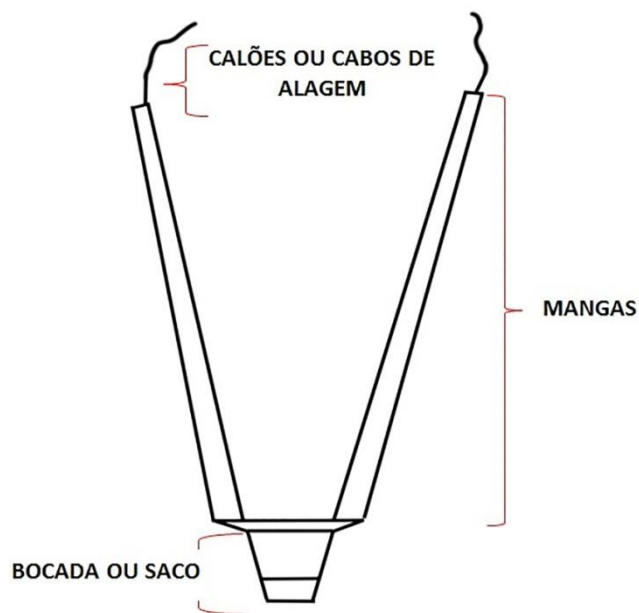


Figura 1: Esquema da rede xávega

As diversas variantes destes tipos de artes devem-se essencialmente ao comprimento das redes utilizadas e do número de embarcações e efetivos humanos em si empregues¹¹. Por tais motivos, torna-se difícil a distinção entre o chinchorro e a xávega, ambas pertencentes a tal tipologia.

Seguindo a opinião de Fernando Pedrosa e Inês Amorim, autores cuja investigação se tem debruçado na análise destas questões, o comum é afirmar-se que o

chinchorro se difundiu entre a foz do rio Douro e a Costa da Caparica no século XVI, mantendo-se em utilização, na região lagunar de Aveiro, até ao século XVIII. Dizem também que a arte xávega é um resultado evolutivo desta técnica, originando deste facto a sua fácil introdução nas costas portuguesas. Segundo se afirma, os chinchorros, uma vez extintos a Norte de Lisboa nos finais do século XVII e princípios do século XVIII, foram substituídos pela xávega, permanecendo em laboração apenas em regiões piscatórias localizadas a Sul dessa cidade, nomeadamente em Setúbal, Sines, Odemira, Lagos e Tavira¹². Chegados a este ponto, confrontamo-nos com controvérsias relativamente à proveniência da xávega. Segundo Octávio Lixa Filgueiras, a embarcação utilizada para exercício desta atividade piscatória, denominada de *saveiro* ou *barco de mar*, remonta as suas origens à Mesopotâmia e às suas embarcações de *meia-lua*. As rotas comerciais terão proporcionado a introdução da embarcação no Mediterrâneo, que se difundiu, posteriormente, nas costas Ibéricas¹³. Obviamente, supõe-se a existência de adaptações da embarcação devido às diferenças das condições marítimas, havendo necessidade de construção de barcos mais resistentes ao impacto da forte ondulação, própria dos litorais abertos portugueses, onde a energia da onda é muito forte. A ser assim, acompanhando-se os rumos de implementação do *saveiro* ou *barco de mar*, a arte piscatória em estudo teria sido introduzida em Portugal de Sul para Norte, bastante mais cedo do que até agora se tem afirmado. A corroborar esta conjetura apresenta-se a afirmação de Alberto Iria, ao considerar que os pescadores algarvios já empregavam as redes de *chávega* em período de dominação muçulmana¹⁴. Também para Oliveira Marques ... *a xávega ou enxávega (Sabaka), novo tipo de rede de pesca, comprovam a relevância da actividade piscatória no Portugal Muçulmano*¹⁵. Da mesma forma, Reguart indica a possível proveniência da palavra *xávega* dos árabes¹⁶ e Manuel Alvar confirma que o termo *jábega*, utilizado na Catalunha e Andaluzia deriva de um arabismo¹⁷. No

¹⁰ SOUTO; 2003(a), pp. 14-16.

¹¹ MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 263.

¹² PEDROSA; 1985, p. 296, 301-303. AMORIM; 1996, Vol. I, p. 540, *vd.* nota 102. AMORIM; 1997, p. 192. AMORIM; 2002, p. 192. MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 111.

¹³ *Vd.* FILGUEIRAS; 1977, pp. 77-114.

¹⁴ IRIA; 1988, Vol. II, Tomo I, p. 207.

¹⁵ MARQUES; 1993, Vol. II, p. 162.

¹⁶ REGUART; 1795, Tomo V, p. 352.

¹⁷ ALVAR; 1975, pp. 33-34. *Vd.* PEDROSA; 1985, p. 296.

entanto, como referimos e se verá, Fernandes Pedrosa e Inês Amorim, apontam a introdução da arte somente no século XVIII.

Assim, tendo em conta as diversas perspetivas, definem-se como objetivos do presente estudo:

1. Explanar as diferentes teorias acerca da proveniência, cronologia e características da introdução da xávega na pesca costeira portuguesa;

2. Sustentar através duma análise interdisciplinar as hipóteses aventadas;

3. Contribuir para o esclarecimento da problemática através da apresentação de uma nova contribuição científica;

Longe de deixar o tema encerrado, o que nunca acontece em Ciência, pretende-se aduzir dados que facultem uma outra perspetiva sobre o mesmo, não se afigurando, por isso, como um ponto definitivo da sua discussão.

2. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Introdução da xávega na região Lagunar de Aveiro

A introdução da arte xávega na região do sistema lagunar de Aveiro, segundo alguns autores, inicia-se em meados do século XVIII¹⁸. As hipóteses para tal cronologia são motivadas pelo facto de se ter instalado, em Ovar, na década de 70 dessa centúria, uma fábrica de conserva de sardinha e extração de óleo de peixe, promovida por João Pedro Mijoule, um Francês proveniente de Languedoc, fazendo-se acompanhar de Catalães experimentados na *art de bou*¹⁹ (fig. 2).

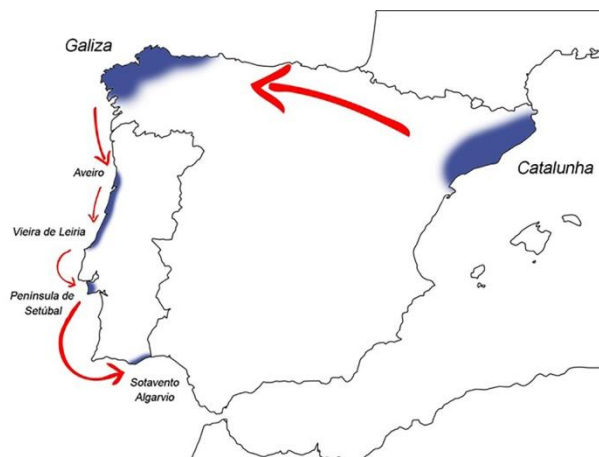


Figura 2: Introdução da xávega na região lagunar de Aveiro

No entanto, tal facto, não aparenta ter obedecido à chegada deste “investidor” e dos catalães que o acompanharam, pois, como se pode testemunhar através de registos históricos mais antigos, uma *arte nova* já havia aparecido na região de Aveiro. A comprová-lo, para além de outros elementos designativos do advento de uma nova técnica piscatória, existe uma escritura datada de 06 de Junho de 1751, relativa a um *contrato e obrigação*, definindo a constituição de uma companhia descrita como sendo *das INTRODUZIDAS DE NOVO nesta vila [de Aveiro] chamadas ARTES com todos seus aparelhos necessários e com seu barco, para com ela se pescar na costa do mar desta vila*, antecipando assim em 20 anos as possibilidades atrás enunciadas²⁰.

As novas técnicas empregues no processo de captura e de conservação do peixe, permitiriam uma maior produtividade piscatória no entorno marítimo da região lagunar de Aveiro. A par de tais circunstâncias, a proibição de importação de sardinha galega e o facto de as companhias deixarem de ser do tipo cooperativista rudimentar, iniciando-se a intervenção do capital, proporcionaria um aumento da atividade. Até ao século XX, desenvolvem-se infraestruturas de acomodação do pescado conservado, aumentam as companhias em atividade e inauguram-se diversas unidades fabris de

¹⁸ AMORIM; 1996, Vol. I, p. 539. LAMY; RODRIGUES; 2000, p. 25.

¹⁹ Ano de 1773, segundo AMORIM; 1996, Vol. I, p. 539. Ano de 1776, segundo LAMY; RODRIGUES; 2000, p. 25. Embora o primeiro contrato em seu nome seja de 1771: AMORIM; 1996, Vol. I, p. 545. *Vd.* PEDROSA; 1985, p. 296, 301-303.

²⁰ *Idem*; pp. 542-543. *Idem*; 1997, p. 29.

conserva de peixe²¹. Esta dinâmica, contando ainda com o facto de a pesca ser uma atividade sazonal e existir a necessidade da procura de novas zonas ricas em pescado, leva a uma dispersão dos pescadores de Ovar, Ílhavo, Murtosa e Aveiro para outros pontos do país. Pese embora tal migração já se tivesse iniciado no século XVI (através do fluxo de pescadores de Ovar para locais como a Torreira, São Jacinto e Aveiro²²), seria nos séculos seguintes que atingiria a sua maior disseminação. Os pescadores de Ovar, a partir de finais do século XVII e no século XVIII²³, já se encontravam em zonas de pesca a Sul do rio Tejo e no Algarve²⁴. Do mesmo modo, os pescadores dos núcleos populacionais de Ílhavo e da Murtosa expandem as suas pescarias para sul²⁵, observando-se um processo de povoamento sazonal, mormente restrito a litorais de carácter abrigado²⁶. Através da migração dos pescadores, explica-se a difusão da arte xávega no litoral entre Espinho e Vieira de Leiria, na Nazaré, Costa da Caparica, Sesimbra, Tróia e no Sotavento algarvio²⁷ (fig. 3).



Figura 3 : Localização geográfica das regiões de arte xávega

2.2. Introdução da xávega no Sotavento Algarvio: o caso de Monte Gordo

A primeira metade do século XVIII é indicada como a cronologia em que foi introduzida a xávega na costa oriental algarvia²⁸. As vicissitudes responsáveis são praticamente as mesmas elencadas para a região de Aveiro. Deve-se aos pescadores da Catalunha e da Andaluzia que para aí se deslocaram, quando impedidos de recorrer a este tipo de artes de arrasto para praia nos seus locais de origem (fig. 4).

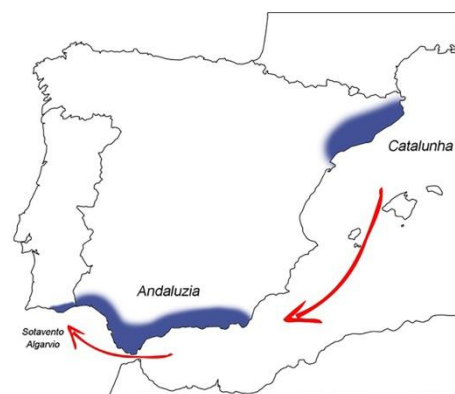


Figura 4: Introdução da xávega no Sotavento Algarvio.

²¹ OLIVEIRA; 1967, pp. 175-176. AMORIM; 1996, Vol. I, pp. 556-557, 563-566. AMORIM; 1997, pp. 31-32. LAMY; RODRIGUES; 2000, pp. 20-25, 40-43. LAMY; 2001, Vol. I, pp. 192-194, 214-217. Vol. II, pp. 295-298.

²² OLIVEIRA; 1967, p. 173. LAMY; 2001, Vol. I, p. 85. LAMY; RODRIGUES; 2000, p. 13.

²³ LAMY; RODRIGUES; 2000, pp. 14-15. LAMY; 2001, Vol. I, p. 126, 152-153.

²⁴ LAMY; RODRIGUES; 2000, p. 15, 19, 20, 33. LAMY; 2001, Vol. I, p. 152, 153, 190, 191, 294.

²⁵ SOUTO; 2003(b), pp. 168-169.

²⁶ FREITAS; 2010, pp. 53-60.

²⁷ AMORIM; 1997, p. 192.

²⁸ PEDROSA; 1985, p. 296. MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 82.

Concentraram-se especialmente na região do Sotavento, entre as quais se destaca a região de Monte Gordo (c. Vila Real de Santo António). Fazem-no devido às suas características geomorfológicas, com extensas praias e fundos marítimos predominantemente arenosos. Também pelo facto de ser local fronteiro, promovendo um célere escoamento do pescado para a Andaluzia. Monte Gordo, graças às suas ricas pescarias, tornar-se-ia colónia de pescadores provindos dessas regiões e que ali passaram a exercer a sua ocupação profissional estimulando as pescarias da sardinha²⁹. Nos locais litorâneos o povoamento dos pescadores era mormente sazonal recorrendo, tal como vimos para a região de Aveiro, à construção de simples cabanas de carácter precário³⁰. A pesca foi atraindo cada vez mais população a habitar no litoral. Várias localidades do Sotavento radicam nesta atividade o crescimento populacional³¹.

Dominando os expedientes económicos, técnicos e a mão-de-obra, os pescadores catalães e andaluzes detinham os proveitos da atividade e a coroa portuguesa pouco beneficiava devido à fuga às tributações. Por tais motivos, tomaram-se medidas para controlar as rendas de tão valioso recurso piscícola que culminaram num abandono das zonas de pesca pelos pescadores de Castela mas também pelos portugueses³².

Lacerda Lobo retrata as fases atinentes às pescarias de Monte Gordo nos finais de *Setecentos*, enumerando-as em três épocas distintas, a saber: de 1711 à criação da Vila Real de Santo António (1774), época de crescimento das pescarias e de forte instalação de espanhóis em Monte Gordo; de 1774 até à morte do monarca D. José (1777),

quando se criam sociedades de pesca e se providenciam medidas de carácter fiscalizador e aduaneiro no sentido de protelar a exportação de sardinha para Espanha e a concorrência de pescadores desse reino; e por fim, desde esta efeméride a 1791, época de insuficiente circulação de sardinha no mercado interno, dificuldade de penetração no mercado espanhol e interrupção das proteções estatais, levando à dissolução das sociedades pesqueiras³³. As pescarias da costa do Algarve, embora descritas como férteis até finais do século XVIII, entram em decadência a partir de então devido às ações levadas a cabo pela coroa por forma a controlar a pesca e comercialização do produto pescado, resultando na emigração de muitos pescadores algarvios para a Andaluzia³⁴. Por exemplo, no ano de 1790, cerca de 2500 pescadores de Monte Gordo encontravam-se nas pescarias de Ayamonte e S. Lucar de Barrameda³⁵. Trata-se de uma fase de estagnação das pescarias em Portugal após uma forte produtividade cujos vários motivos são apontados. O estado de impasse verificar-se-ia durante algumas décadas e apesar de alguns incentivos tomados nos finais do século XVIII e inícios de XIX para proporcionar a revitalização da *indústria* piscatória, só em meados deste século a pesca voltaria a conhecer um crescendo³⁶. Apesar de se afirmar que a prática da arte xávega se mantém somente na região do Sotavento algarvio, dando-se somente a partir do século XIX a utilização de armações de sardinha nas restantes regiões³⁷, a verdade é que a captura desse pelágico por todo o litoral algarvio remonta a tempos mais recuados³⁸. Não obstante, a saída de pescadores de Portugal torna-se comum. Na época de pesca da sardinha, pescadores provenientes de Olhão, Tavira, Cacela, entre outros locais, deslocam-se para o litoral de Huelva (Andaluzia)³⁹. No século XX, acentua-se a migração de pescadores algarvios especialmente pela região Sul de Portugal,

²⁹ LOBO; 1791, pp. 351-352. LOPES; 1841, p. 382-383. CAVACO; 1974, pp. 78-79. A presença de pescadores andaluzes e catalães na região de Monte Gordo remonta a tempos medievais, desde então, tal situação espoletou a necessidade da coroa portuguesa e da Ordem de Cristo em controlar a transação ilícita do pescado por forma a proceder à sua tributação: DINIS; 1960, pp. 82-107. *Vd. Doc. 10*, p. 385. Veja-se que o Infante beneficiava dos rendimentos da pesca do atum e da dízima nova do pescado capturado no Algarve, doação régia de 1433 confirmada por D. Afonso V em 1449: Chancelaria de D. Afonso V, liv. XX, fol. 38 in: DINIS; 1960, pp. 76-78 e BARROS; 1922, p. 151.

³⁰ LOBO; 1791, p. 353. FREITAS; 2010, pp. 119-222.

³¹ CAVACO; 1974, pp. 75-83. MENDES; 2010, *passim*. ROMBA; 2008, pp. 15-22.

³² MENDES; 2010, pp. 54-57, 63 e *segs*.

³³ *Vd.* LOBO; 1791, pp. 351-374.

³⁴ *Vd.* LOBO; 1812, pp. 348-353.

³⁵ *Idem*, p. 365.

³⁶ CAVACO; 1974, pp. 83-87. MENDES; 2010, p. 95, 154.

³⁷ MENDES; 2010, p. 154, nota 292.

³⁸ Por exemplo desde 1490 no Alvor (Leitura Nova – Odiana, Liv. 2, fl. 60-62 in: CUNHA, 1972, p. 21) pescando-se ainda em 1758 (Memórias paroquiais, vol. 3, nº 51, p. 389), fazendo-se igualmente em Olhão, Portimão, Quarteira e Lagos (LOBO; 1812, pp. 351-352).

³⁹ FARIA; GANDULLO; 2013, pp.60-62.

movidos pela procura de melhores condições de vida. Igualmente migram para zonas piscatórias do litoral Norte português, acompanhando a polarização pelo país das técnicas piscatórias inovadoras e das indústrias de conserva⁴⁰.

3. DISCUSSÃO

3.1. Ponto de vista sociopolítico e da geodinâmica costeira

Como já se afirmou na Introdução deste estudo, há fontes históricas que demonstram a importação desta técnica piscatória através do Sul peninsular (Catalunha, Andaluzia e Algarve). Na verdade, o Homem começa a fabricar redes no período Mesolítico, fase final dos caçadores - recolectores. Por outro lado, a pesca com as redes de arrasto, das quais as xávegas partilham semelhanças, estão documentadas no Egipto desde cerca de 3000 a. C.⁴¹. Através da Arqueologia, podemos constatar a presença de inúmeras comunidades piscatórias ao longo das costas Andaluzas, Catalãs e do Norte de África, remontando a períodos cronológicos bastante distantes. A julgar pelos vestígios arqueológicos relacionados aos utensílios empregues - onde obviamente figuram anzóis, agulhas para redes e pesos e flutuadores - e à conservação do pescado, a pesca representava já uma atividade bastante importante⁴². Da mesma forma, em Portugal, remontam às comunidades autóctones as primeiras pescarias, mantendo-se ao longo do período de Romanização. Um pouco por toda a costa são observáveis registos arqueológicos atinentes à prática da pesca marítima e à conservação do pescado e sua comercialização⁴³.

Entretanto, analisemos a conjuntura posterior a tais períodos históricos, dos pontos de vista sociopolítico e de geodinâmica costeira:

1. Ao nível sociopolítico, com a queda do império Romano do Ocidente (476 d.C.), toda a estrutura

administrativa, económica e, porque não dizê-lo, civilizacional, desmorona-se às mãos dos novos invasores da Península, os germânicos (Suevos, Visigodos, Alanos, Vândalos). Estes são povos continentais, que baseiam a sua economia na caça, agricultura e pesca fluvial, não estando conseqüentemente adaptados à exploração do mar⁴⁴. No início do século oitavo (711) a Península Ibérica é palco de novas invasões, desta vez de Muçulmanos, provenientes do Norte de África e do Oriente, ou seja, povos de índole manifestamente marítima, e conseqüentemente, herdeiros dos contactos com povos orientais cujas navegações gregas, fenícias e cartaginesas se sedimentaram pela mão dos túrdulos. Não obstante, a intensidade e extensão das batalhas (quer em termos espaciais, quer cronológicos), não permitiu a prática normal das atividades económicas tradicionais. É obvio que em momentos de guerra todos os braços são poucos para combater o inimigo e a exploração dos recursos naturais cinge-se ao indispensável, não existindo, portanto, condições para uma pesca cujo ciclo é demorado, exigindo uma mão-de-obra que estava a ser canalizada para outros fins. A pacificação do território que viria a ser Portugal foi todavia mais rápida que o de Espanha. Em finais do séc. XIII, com o tratado de Alcañices (1297), as fronteiras estão definitivamente traçadas e o território pacificado. Ou seja, do ponto de vista administrativo e político-militar, estão criadas as condições para a reorganização administrativa do reino e, conseqüentemente, para a retoma das atividades económicas tradicionais⁴⁵.

2. Do ponto de vista da geodinâmica costeira, verifica-se que o litoral português é alvo, nesta fase, de profundas e rápidas modificações que facultam, também, o incremento da pesca costeira. Apresenta muitos trechos costeiros lagunares ou estuarinos, onde o litoral (imerso e submerso) é amplo e arenoso, condição *sine qua non* para a prática da xávega (figs. 2 e 3).

⁴⁰ SOUTO; 2003 *b*, pp. 189-190.

⁴¹ BRANDT; 1984, p. 204, 247. FERREIRA; 1968, p. 117.

⁴² E. g. MAGANTO; 1992, AMADOR; GIL; 2010. CASASOLA; 2008.

⁴³ E. g. FERREIRA; 1968, p. 119 e *segs*. IRIA; 1988, pp. 191-206. ALVES *et al.*; 1988-1989. FABIÃO; 2006, 2007, 2009.

⁴⁴ Cf. LEGUEY; 1993, pp. 13-114.

⁴⁵ MARQUES; 1993, Vol. II, pp. 117-249. TAVARES; 1992, pp. 31-37.



Figura 5: Aplicação / Utilização da Arte Xávega



Figura 6: Exemplo da alagem da rede para a praia. Fotografias de Claude Rives, 1985; Disponível: <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/RiaAvei01.htm> (Consultado em Julho de 2014).

A Norte de Espinho a costa é rochosa baixa e no Alentejo, exceto em Tróia, constituída essencialmente por arribas, não permitindo, por isso, o exercício da atividade piscatória recorrendo a essa arte. Assim, faz todo o sentido perceber, embora muito resumidamente, esses contextos evolutivos ao nível da geomorfologia costeira, pois esse enquadramento parece ser consentâneo com o aparecimento da arte piscatória em Portugal, uma vez que os registos referentes ao seu emprego são tardo-medievais e, portanto, em tudo coincidentes com as transformações costeiras operadas ao longo da Idade Média.

As pequenas oscilações climáticas, pequenas alterações do nível médio do mar, as variações dos balanços sedimentares e as modificações causadas pela neotectónica, fatores de índole natural, proporcionaram a transformação da configuração litorânea, aos quais

acresceram os fatores antrópicos⁴⁶.

A região da laguna de Aveiro sofreu ao longo da época medieval uma intensa transformação costeira⁴⁷. Vários autores estudaram a questão, desenvolvendo análises de cariz interdisciplinar, consolidando os dados geológicos e geomorfológicos com o contributo da Arqueologia e das informações históricas⁴⁸. Conclui-se que na transição do primeiro para o segundo milénio, uma pequena restinga arenosa enraizada a Sul de Espinho começa a desenvolver-se, confinando uma grande baía existente entre o Norte de Ovar e as proximidades do cabo Mondego. Esta transformação, cujo culminar acontece no século XIX, confina a baía referida, formando a laguna de Aveiro⁴⁹. A restinga arenosa encontra-se a Norte de Ovar no século X e paulatinamente vai crescendo para Sul. Múltiplos dados históricos sustentam tal interpretação. No ano 922 um diploma refere a existência do porto marítimo de *Obal* e a laboração de salinas em Válega, ambos localizados no atual concelho de Ovar⁵⁰. A exploração salífera e o porto marítimo apontam o crescimento da restinga arenosa, uma vez que pressupõe a penetração de águas marinhas até esta localidade. Simultaneamente, a zona da restinga difrataria a incidência das fortes ondas oceânicas, dissipando a sua energia, proporcionando um ambiente relativamente calmo e, portanto, propício a tais atividades. No século XI, a restinga permanece a Norte de Ovar pois os documentos da época referem as localidades de Cabanões e Vilar localizadas junto do mar. No século XII, observa-se uma intensa exploração de sal na região costeira entre Ovar e Vagos. Tal situação demonstra que a restinga já atingia a zona da Torreira, aí permanecendo na centúria seguinte, uma vez que essa exploração pressupõe a necessidade de proteção do impacte direto do Oceano. Nesta altura inicia-se o assoreamento do golfo anteriormente aludido pois começa-se a observar a constituição de ilhas. Entre os séculos XIII e XV há uma diminuta progressão da restinga. A conjuntura desincentiva as atividades

antrópicas reduzindo a deposição de sedimentos fluviais transportados pelo mar. Por essa razão, o cordão arenoso encontra-se então na localidade de S. Jacinto. Nos séculos seguintes continuaria o paulatino crescimento da restinga, atingindo no século XVIII a localidade de Mira⁵¹.

Na Estremadura Central, são também conhecidos os processos de total assoreamento da lagoa da Pederneira (que deixou de existir como corpo lagunar), de quase desaparecimento da lagoa de Alfeizerão (reduzida à pequena concha de São Martinho do Porto), de grande diminuição da área ocupada pela lagoa de Óbidos⁵² e da constituição do tómbolo de Peniche. A constituição do tómbolo de Peniche terá ocorrido após o século XV, uma vez que no início da nacionalidade Peniche é descrita por um cruzado como sendo uma ilha⁵³. A primeira lagoa é atualmente constituída por terrenos agrícolas tendo desaparecido o corpo hídrico. A segunda encontra-se reduzida à diminuta *concha de São Martinho do Porto*⁵⁴. É certo que nestes corpos lagunares em muito contribuíram para o seu progressivo assoreamento as atividades antrópicas. No século XIII, após a demarcação dos Coutos de Alcobaça, inicia-se um aumento do povoamento da região e o conseqüente arroteamento de terras para a agricultura, o que em muito influenciou tal situação. A partir do século XII já se refere na documentação o fecho da barra e o esforço despendido para manter as trocas hídricas com o Oceano⁵⁵. No século XIII estes corpos lagunares ainda eram navegáveis. Contudo, nos séculos XV e XVI, fruto das atividades antrópicas, intensifica-se o assoreamento na Pederneira. Nas centúrias seguintes há constantes deslocções do sistema portuário, devido às dificuldades de navegação provocadas por esse assoreamento. A completa colmatação deste sistema lagunar dá-se no século XIX. O mesmo caso acontece na lagoa de Alfeizerão. Provida de um importante porto medieval, o assoreamento deste corpo lagunar ocorrido na segunda metade do século XVI inutiliza-o, transferindo-se a atividade portuária para o porto de Salir do Porto. Posteriormente e devido ao paulatino assoreamento, novamente tiveram de transferir

⁴⁶ *Vd.* DIAS; 2004. DIAS *et al.*; 1997.

⁴⁷ MARTINS; 1947, pp. 6-7. BASTOS, 2006.

⁴⁸ DIAS *et al.*; 2012, p. 219.

⁴⁹ *E.g.* LUCCHI; 1918. GIRÃO; 1922. SOUTO; 1923. BASTOS; DIAS; 2012, p. 246.

⁵⁰ BASTOS; DIAS; 2012, p. 114. OLIVEIRA; 1967, p. 60.

⁵¹ BASTOS; 2006, pp. 39-55.

⁵² *E. g.* HENRIQUES; 1996.

⁵³ *E. g.* CALADO; 1994. DIAS *et al.*; 1997, p. 61. *Vd.* DAVID; 1936, p. 87.

⁵⁴ *E. g.* DIAS; 2004, p. 166.

⁵⁵ HENRIQUES; 2013, p. 431, 439-440.

o sistema portuário. Desta feita, para São Martinho do Porto. No século XIX já representava grande perigo fundear embarcações nesse local, indicando o progressivo assoreamento.

Um pouco a Sul, na lagoa de Óbidos, assiste-se também a um progressivo assoreamento, embora mais moderado, uma vez que a estrutura fundiária da região não promoveu impactes antrópicos tão elevados. No século XIV o cordão arenoso já se encontrava completo, isolando o corpo lagunar do Oceano. Atualmente, dos três sistemas referidos, é o único que mantém uma função lagunar plena.

Já a constituição do tómbolo de Peniche resulta da refração e difração das ondas na ilha. Devido ao assoreamento, o porto marítimo de Atouguia da Baleia, distante da ilha cerca de cinco quilómetros e importante centro piscatório medievo, tornou-se de difícil navegação. Por tal facto, enquanto se formava e consolidava o tómbolo, progredia um assentamento populacional na ilha que fruía de melhores condições portuárias, atraindo os pescadores de Atouguia⁵⁶.

O litoral arenoso da Península de Setúbal restringe-se, principalmente, ao trecho que vai da Ponta da Areia (Caparica) até à lagoa de Albufeira. Esta, que ocupa a região vestibular da Ribeira da Apostiça, está separada do oceano por uma barreira arenosa com mais de um quilómetro de comprimento. Periodicamente, desde pelo menos o século XV, é aberta artificialmente uma barra de maré que estabelece a comunicação entre o meio lagunar e o mar, a qual fecha naturalmente algum tempo depois. A Sul de Setúbal desenvolve-se o extenso estuário do Sado, grande parte do qual está separado do oceano pela restinga de Tróia, com ocupação antrópica extremamente reduzida até recentemente, e que se integra num extenso arco litoral que se prolonga até ao cabo de Sines. É possível que a parte norte da restinga de Tróia correspondesse, há uns dois mil anos, a uma ilha que, posteriormente, se teria ligado à parte sul com a construção natural do estreito istmo da Comporta⁵⁷. Trata-se, no conjunto, de um extenso litoral arenoso (com mais de 60 km de comprimento), na parte norte do qual, na margem do estuário do Sado, se localizam as ruínas romanas de Tróia, que testemunham a existência

de um agregado populacional dedicado à pesca e ao fabrico e exportação de conservas de peixe (*garum*), ativo desde o século I até o século VI depois de Cristo⁵⁸.

Na região costeira do Algarve meridional, o litoral entre o cabo de São Vicente e Albufeira é maioritariamente caracterizado por arribas rochosas, embora, por vezes, intercaladas por praias arenosas instaladas principalmente nas fozes de rios e ribeiras, como acontece, por exemplo, no Alvor e em Armação de Pêra. Para oriente, a costa torna-se arenosa, primeiro constituída por arribas talhadas em litologias friáveis com praia subjacente, na zona de Quarteira, transitando depois para as extensas acumulações de areias que constituem o Sistema de Ilhas Barreira da Ria Formosa, que se prolonga até à Manta Rota; para Leste, até à foz do rio Guadiana (fronteira natural entre Portugal e Espanha), o litoral continua a ser arenoso⁵⁹.

3.2. A xávega na documentação tardo-medieval

Face ao exposto, percebemos que a uma acalmia bélica acresceu uma morfodinâmica costeira potencializadora da utilização da xávega. Parece-nos razoável supor que a prática fora retomada de uma técnica ancestral introduzida nas costas algarvias pelos Muçulmanos e, posteriormente, repercutida em regiões costeiras a Norte. Deste modo, não obstante se tenha comumente considerado que as *enxávegas* medievais correspondiam na realidade aos chinchorros⁶⁰, não nos eximimos de contrariar essa asserção, bem como de demonstrar que por vezes se aplicava a denominação da rede xávega às embarcações utilizadas aquando do seu emprego.

Indagando alguns dicionários, verificamos que ambos os termos se encontram insertos. O dicionário composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva, do ano 1789, não faz qualquer menção à xávega. Em contrapartida refere laconicamente o *chinchorro* como uma *rede do alto*

⁵⁶ DIAS; 2009, pp. 19-20.

⁵⁷ E.g. ALARCÃO; 1992.

⁵⁸ E.g. ETIENNE; *et al.*; 1994.

⁵⁹ DIAS; 1988, pp. 117-125.

⁶⁰ PEDROSA; 1985, p. 296, 301-303. AMORIM; 1996, Vol. I, p. 540, *vd.* nota 102. AMORIM; 1997, p. 192. AMORIM; 2002, p. 192. MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 111.

de rasto⁶¹, o que reitera no dicionário de 1831⁶². No entanto, introduz o termo *enxávega*, acrescentando a seguinte explicação: *rede grande, ou varias redes juntas para arrastar, e colher muito peixe*. Deixa como exemplo uma descrição recolhida nas *Ordenações Afonsinas*: *barcas, que costumão andar de carroto, e passagem, e na enxauiega, e aa sardinheira*⁶³. Já em 1865, Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo no seu *Elucidário*, refere os termos *Enxavegos* e *Enxavegua*. Quanto ao primeiro explica serem uma *Espécie de redes, com que antigamente se pescava. D'ellas se faz menção nas Cortes d'Evora de 1481*. No caso do segundo, explica que eram redes para a *Pesca de solhas, e outro peixe miúdo, que nos rios, e praias se fazia com redes, a que chamavam enxavegos*, exemplificando igualmente através da citação da disposição presente nas *Ordenações Afonsinas*⁶⁴. Talvez devido a estas explicações os autores que se debruçaram na análise da questão afirmaram tratar-se da mesma arte de pesca⁶⁵, embora, em nosso entender, os documentos sejam reveladores de clara diferenciação entre ambas as artes.

O diploma escrito mais antigo que se conheça mencionando a xávega, refere-se ao apuramento dos galeotes para as vintenas do mar⁶⁶ e data de 2 de Novembro de 1405, aludindo a localidades do entorno lagunar de Aveiro. Aí se refere: *Jtem vos mandamos que ponhaes nas dictas vjntenas todollos homens do mar e do rrio e tdollos outros que andarem em barcas de carroto e de passagem e andarem na enxauiega e aa ssardjnheira e sseprre acostumarom de poer em vjntena em tempo dos outros rreix que ante Nos . foram...*⁶⁷. Este diploma vem

igualmente publicado, mas com a data de 2 de Novembro de 1443, na coletânea documental *Milenário de Aveiro*. Porém, parece-nos tratar-se de um erro de transcrição da datação no que se refere à transposição da *Era de César* para a *Era de Cristo*⁶⁸ (diferença de 38 anos, ou 1443 – 38 = 1405), já que as disposições constantes em ambos os diplomas são iguais, a saber, *Vos mandamos, que ponhaes nas ditas vintenas todolos homeens do mar, e do rio, e todolos outros que andarem em barcas de carroto, e de passagem, e andarem na enxavegua, e aa sardinheira, e sempre acostumaram de poer em vintena em tempo dos outros Reix que ante Nós foram...*⁶⁹. Na *Reforma Nova das Ordenações*, ou vulgarmente conhecida como *Ordenações Afonsinas*, consta a data de 2 de Novembro de 1443, o que terá induzido o erro⁷⁰. Contudo, é inequívoco tratar-se de legislação correspondente ao reinado de D. João I, portanto, do ano de 1405⁷¹.

Não obstante as divergências na datação, “xávega” é aquilo a que todas as versões se referem. Neste caso, situámo-nos na costa de Aveiro, pelo que, no princípio do século XV, a pesca com recurso a esta arte já ali existia, fosse ou não semelhante à utilizada atualmente. Não obstante, tenha-se em atenção o facto de se mencionar que a prática piscatória já era exercida em reinados anteriores ao de D. João I, portanto, podendo ser praticada desde tempos mais recuados. Acrescem as condições geomorfológicas anteriormente referidas para o litoral lagunar de Aveiro, propiciadoras de extensos areais e fundos marinhos arenosos, onde as manobras das

⁶¹ SILVA; 1789, Vol. I, p. 266.

⁶² SILVA; 1831, Tomo I, p. 383.

⁶³ *Idem*, p. 721. Veja-se que Reguart refere a utilização de seis malhas diferentes nas xávegas catalãs: REGUART; 1795, Tomo V, p. 363.

⁶⁴ VITERBO; 1865, Vol. I, p. 288.

⁶⁵ PEDROSA; 1985, p. 296. Apoiados nesta premissa mantiveram essa afirmação: AMORIM; 1996, Vol. I, p. 540, *vd.* nota 102. AMORIM; 1997, p. 192. AMORIM; 2002, p. 192. MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 111.

⁶⁶ Conjunto de vinte vizinhos ou casais que serviam de base para o recrutamento militar, neste caso para as armadas régias marítimas: MARQUES; 1987, p. 344.

⁶⁷ Códice, nº 9 – Armário das coxias da livraria, fl. 157 v. e segs, in: MARQUES; Suplemento ao Vol. I, 1988, doc. 59, pp. 78-80.

⁶⁸ Alteração ordenada por D. João I: *Vd.* MARTINS; ALMEIDA, 1792, Livro IV, título LXVI, pp. 233-234, disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l4p233.htm> (consultado em Agosto de 2014).

⁶⁹ ANTT, *Ordenações Afonsinas*, Livro 1º, fls. 157 v. e segs, in: MADAHIL; 1959, Vol. I, doc. XCVIII, p. 189. Num anterior trabalho, citando este documento, supusemos a existência da xávega na região de Aveiro pelo menos desde 1443: PEREIRA; BASTOS; 2014, pp. 224-225. Corrige-se agora essa asserção verificando-se, afinal, uma maior antiguidade no emprego desta arte piscatória, como aliás havíamos ponderado.

⁷⁰ MARTINS; ALMEIDA, 1792, Livro I, título 70, p. 467, disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1p467.htm> (consultado em Agosto de 2014).

⁷¹ DOMINGUES; 2008, p. 555. *Cf.* O facto destas Ordenações se tratarem, em parte, de uma compilação de legislação de reinados precedentes ao de Afonso V.

embarcações e redes seria facilitada (fig. 3). No caso deste diploma de 1405, estaremos perante uma denominação dada à embarcação utilizada aquando da pesca com recurso à rede xávega e cuja designação da arte de pesca foi a si aplicada. Note-se que não é de todo despiendo este raciocínio se tivermos em consideração o facto de tal situação acontecer na Catalunha e na Andaluzia, onde outras variantes da palavra acabariam por surgir denominando embarcações ou mesmo os homens ligados à pesca do atum⁷². Além disso, outro documento histórico referente à região do Algarve demonstra-o! Embora com maior antiguidade⁷³, a presença de xávegas em Castro Marim documenta-se pelo menos a partir de 1410. A 17 de Maio desse ano, confirma-se a deslocação de pescadores do reino vizinho de Castela para o exercício de pesca, recorrendo a essa tipologia de redes e utilizando embarcações cuja denominação é a mesma. Aí se refere: *Sabede que Johane Meendez de Vasconcellos, comendador e alcaide de Castromarim, nos disse que ao termo da dita villa veerom e vem pescadores castellãos a pescar em cada huu anno, com enxauegas e com outras redes e artes de pescarias, os quaaes tem suas pousadas em terra e poeem na dita terra as ancoras das ditas enxauegas e doutros nauios...*⁷⁴.

Um diploma posterior novamente relativo à região de Aveiro indica o número dos tripulantes das embarcações de pesca marítima, revelando-se quantitativos bastante semelhantes aos utilizados na arte xávega do século XVIII. Datado de 1428, refere-se a uma quezília entre o concelho e os seus pescadores⁷⁵. Isentos de transportar dinheiro do monarca ou servirem em encargos do concelho, os pescadores haviam sido retirados do exercício da pesca para o fazer. Tal situação impedia o prosseguimento normal da atividade piscatória, resultando em graves perdas para o erário régio relativamente aos tributos da dízima e da sisa do pescado. Os pescadores queixam-se que o facto de serem constrangidos a efetuar tais serviços os fazia perder várias “marés”, especificando que o monarca perderia dez mil

reais brancos de sisa e quatro mil reais brancos de dízima. Os valores retirados da tributação são elevadíssimos, pressupondo a aplicação de técnicas piscatórias bastante produtivas. Para termos uma ideia da ordem de grandeza deste imposto note-se que, à época (1437), um cavalo custaria cerca de 3000 reais brancos⁷⁶. Mas, permanecendo neste diploma e para aclarar a questão da arte xávega que é o mote que temos perseguido, fazemos notar que o documento que vimos escalpelizando faz referência ao número de tripulantes das embarcações. Alude-se que *em cada barca andam continuamente catorze e quinze e dezasseis homens*⁷⁷. Ora isto pressupõe, como afirmamos, estar-se a falar de embarcações de calado e dimensão apreciável, cuja arte de pesca utilizada implique esta dimensão. Assim, quer os barcos, quer o número de tripulantes e, conseqüentemente, a arte de pesca aqui aludida, não podem ser comparadas às utilizadas com chinchorros, uma vez que os homens necessários para a pesca com esta arte era somente entre dois e quatro. Por outro lado, já no século XVIII, dependendo do tamanho da rede da arte xávega e da embarcação utilizada, podia-se recorrer a um mínimo de quinze tripulantes⁷⁸.

Quanto à arte piscatória propriamente dita, existe igualmente uma ténue, embora confirmativa, distinção entre a xávega e o chinchorro. No litoral Algarvio a pesca com xávega está bastante documentada. A região apresentaria índices de captura piscícola bastantes elevados na época medieval, desenvolvendo-se uma pujante atividade piscatória nas suas águas marítimas⁷⁹.

⁷² ALVAR; 1975, pp. 43-51.

⁷³ IRIA; 1988, Vol. II, Tomo I, pp. 206-207, ao referir a proveniência Muçulmana na introdução desta arte no Algarve.

⁷⁴ ANTT: Ordem de Cristo, códice 234, parte 2, fl. 176 v. in: DINIS; 1960, doc. 10, p. 385.

⁷⁵ FERREIRA; 2009, pp. 230-236.

⁷⁶ FERREIRA; 2007, p. 138. Aliás, os valores do pescado sofrem diversas flutuações na época tardo-medieval. A sardinha parece rarear nos inícios do século XV e o seu preço encontrava-se bastante inflacionado: *Idem*; p. 93.

⁷⁷ FERREIRA; 2009, p. 233.

⁷⁸ AMORIM; 1996, Vol. I, pp. 538-540. Também na Catalunha e Andaluzia verifica-se, consoante o tamanho da rede e da embarcação, a necessidade de um mínimo de oito e um máximo de vinte e dois tripulantes: REGUART; 1795, Tomo V, pp. 355-356.

⁷⁹ IRIA; 1988, Vol. II, Tomo I, pp. 210-224. GODINHO; 1983, Vol. IV, pp. 125-127: Indica uma elevada captura de sardinhas tanto na região Algarvia quanto na região entre Setúbal e Sesimbra e ainda na de Aveiro. Esta informação coaduna-se com o emprego de uma arte piscatória direcionada para a captura de espécies pelágicas, nomeadamente, como vimos, em regiões cuja evolução geomorfológica se acentuou nesta época, proporcionando o seu emprego.

Assim, podemos verificar essa destrição através dos Capítulos especiais da Vila de Faro apresentados nas cortes de Santarém e datados de 3 de Abril de 1451. Contrariamente ao que acontecia em Castro Marim, em Faro tentavam persuadir os povos da região fronteiriça da Andaluzia a pescar nas águas portuguesas, pois, segundo indicam, potenciavam o crescimento económico da região⁸⁰. Aí se diferenciam três tipos de artes piscatórias utilizadas: *He fecta merçee ao jnfante dom Anrique, uosso tjo, que quaaesquer emxauegas, auargas, chinchorros que vem de Castella assentarse em costeira per toda esta costa deste rregno, que aja a dizima do pescado que matarem.*⁸¹.

Do mesmo modo, o *Regimento Henriquino sobre os direitos de pesca em Castro Marim* datado de 6 de Abril de 1453, confirma a diferença das artes. Nele se indica relativamente à cobrança de tributos sobre a pesca exercida em Castro Marim: *Jtem, qualquer emxauega que ujer me pagara trimta e huua dobras...* Sendo que, logo de seguida, se refere: *Jtem, cada chimchorro uos pagara doze dobras por anno, ou sse qujserem por menses...*⁸². Caso se tratasse do mesmo tipo de arte piscatória não faria sentido tal distinção, tanto na apresentação das disposições do documento, quanto nos valores a cobrar sobre a pesca realizada. É notória a cobrança mais elevada junto da pesca exercida com as xávegas em relação à exercida com os chinchorros, demonstrando que a primeira permitia a arrecadação de um volume de pescado muito superior à segunda e, portanto, merecendo uma tributação mais elevada. Aliás, o mesmo diploma obriga os pescadores das xávegas a recorrer primeiramente ao sal produzido em salinas do Infante D. Henrique, e só na falta desse, recorrer a outros abastecedores: *Jtem, todo o ssal que as exauegas ouuerem de guastar ade sseer do meu. E, quando nom o acharem do meu, estomçee o marquem dos outros. Jtem, este ssal meu sse uenda aa ponta de Moordaacha*⁸³. Tal disposição, parece-nos, revela o recurso a elevadas quantidades salíferas, por forma a suprir a necessidade desse produto utilizado na salga do pescado capturado.

⁸⁰ *Vd.* DINIS; 1960, pp. 96-100.

⁸¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. II, fl.35, in: DINIS; 1960, doc. 49, p. 441.

⁸² ANTT, Leis, maço I, nº 166, in: DINIS; 1960, pp. 82-83.

⁸³ *Idem*; p. 83.

Esta situação, a confirmar-se, é por si demonstrativa da grande quantidade de pescado capturado nas águas marítimas algarvias através da xávega. A viabilidade económica da pesca com esta arte é elucidativa, se tomarmos em consideração os valores subtraídos dos seus rendimentos, de onde, por exemplo, o comendador de Castro Marim receberia anualmente vinte mil Reais, para além de ter de efetuar outros pagamentos de monta⁸⁴. A rentabilidade económica e a respetiva alta produtividade retirada da pesca com as xávegas, também se pode aferir através do testamento do Infante D. Henrique (Outubro, 1460), quando refere a utilização, após a sua morte, do quinto dos rendimentos das xávegas, do qual tinha direito. A par de outros rendimentos reais bastante proveitosos e dos quais beneficiava (rendas das saboarias; rendas das ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas, rendas da Guiné e suas ilhas; o quinto das Corvinas e o quinto dos rendimentos das vilas de Lagos e Alvor), pretendia aplicar o quinto das xávegas em questões relacionadas com pagamentos de dívidas: *Jtem a el Rej meu Senhor prouue de me dar. as Rendas que delle tenho. Dellas em merçee e delas em mjnha vida por tres anos depois de mjnha morte pera descarreguamento de mjnha conciencia as quaaes Rendas som as que se seguem a saber ... e o quinto das enxaueguas...*⁸⁵. Quatro anos depois, Afonso V ordena a quitação de uma quantia de 3300 Reais ao *moço do monte* do Infante D. Henrique, da qual *...mjl e trezentos Reaes que despendeo com certos bragantes que esteueram nas enxauegas em serviço do dicto meu tio...*⁸⁶.

No ano de 1482, há novamente uma alusão explícita à xávega. Trata-se da resposta dada aos requerimentos dos Procuradores das Cidades e Vilas do reino aquando das cortes de 1481/1482⁸⁷. Esta arte, em conjunto com os acedares⁸⁸, foi alvo de um agravo por

⁸⁴ *Ibidem*; pp. 83-84.

⁸⁵ Místicos da livraria, nº 516, cit. pp. 3 e *segs.* Ordem de Cristo, códice nº 235, fl. 24 e *segs* e nº 233, fl. 172 e *segs*, in: MARQUES; 1988, Vol. I, doc. 461 e 462, p. 589.

⁸⁶ Chancelaria D. Afonso V, 1º 8, fl. 117 v. Leitura Nova, Extras, fl. 41, 2ª col. in: MARQUES; 1988, Vol. III, doc. 29, p. 43.

⁸⁷ ANTT, Armário 11, maço 3, número 5, capítulo 113, in: SOUSA; 1828, pp. 199-200.

⁸⁸ *... assuadares nenhuma outra coisa é do que aquilo a que os modernos chamam cercos, e eram estes como umas armações portáteis, levavam três barcos esta fábrica,*

parte dos procuradores do concelho ao monarca. Por se tratar de pesca de arrasto não seletiva, queixam-se de que a sardinha já não entra nos estuários e tem de ser capturada cada vez mais ao largo, resultando em grandes danos nos homens, barcos e redes, pedindo ao monarca a retirada de tais artes de pesca: *Senhor huum dano e sem razam em vossos rregnos dos cedares que os pescadores teem em Sezimbra e na atouguia com os quaees cercam a sardinha no mar esta visto e sabido per todos que amte que os ditos cedares fosse feitos emtraua a sardinha no rrio de lixboa e em setuual em tamta abastamça que todo o rregno era abastado de que nacia a vosas rremdas gram proveito e depois que husarom de os teer e pescar com elles a sardiinha mais nom emtrou nem morreo nos ditos rrios...*⁸⁹. Aqui se afirma que agora as xávegas, a par dos acedares, eram prejudiciais à entrada do pescado nos rios, pedindo-se ao monarca que forçasse a retoma da sua utilização da forma como até então seria usual naquela região, ou seja, nos estuários, permitindo a entrada do pescado nos rios: *...que tirem os ditos açedares que iazem jazentios ao mar como vosa merçee bem sabe e se tirem as enxavegas e pesquem com ellas asi como amtes pescavam os pescadores e emtrara a sardinha como amtes emtraua nos rrios*⁹⁰. Tal afirmação sustenta a hipótese de estas artes serem agora utilizadas mais ao largo, capturando o peixe antes da sua chegada às desembocaduras fluviais, o que sustenta a utilização da xávega na pesca costeira. Chamámos a atenção para o facto da fase relativamente quente, ocorrida na Idade Média (Pequeno Ótimo Climático), ter influenciado a circulação de entrada e saída das espécies piscícolas nas desembocaduras fluviais e nas lagunas, uma vez que provocou possivelmente a subida do nível do mar e o assoreamento⁹¹.

Não obstante seja voz comum atribuir-se a sua

que constava de uma rede de linho de malhas largas de 11, 12 e mais bocas de altura, com o qual cercavam os cardumes de peixe por dentro; esta rede, chamada cerco, deitava outra rede mais áspera, e apertando-se uma e outra, tanto que estava em sua conta, lhe metiam a rede, chamada sacada, e nela tiravam as pescarias: MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001, p. 79. *Vd.* PEDROSA; 1985, pp. 304-308.

⁸⁹ ANTT, Armário 11, maço 3, número 5, capítulo 113, in: SOUSA; 1828, p. 199.

⁹⁰ *Idem*, p. 200.

⁹¹ DIAS *et al*; 1997. ARAUJO; 2002.

utilização a uma importação provinda do Norte de Espanha, como referimos anteriormente, estes diplomas sustentam o facto de a xávega ser já utilizada como arte de pesca em Portugal no século XV. De facto, mesmo na Catalunha, a utilização destas redes parece ser tão antiga que em 1795 Sañez Reguart no seu dicionário refere: *las ventajas de las pesqueiras de la red llamada Xábega, comprendidas desde el Golfo de Rozas, hasta Ayamonte; pero conviene saber que este arte tan productivo y benéfico para las costas referidas, de que está en posedion muchos siglos hace, como que no hay memoria de su principio...*⁹² Por outro lado, existe a eventualidade do termo xávega ter caído em desuso no século XV, voltando a reaparecer no século XVIII⁹³, o que explicaria esta aparente introdução inovadora no século XVIII.

Equacionando-se os dados conhecidos até ao momento, os mesmos apontam um período de crescimento no sector pesqueiro catalão nos finais do século XIV, mantendo-se, contudo, uma atividade piscatória praticada a partir das praias até meados do século XVI utilizando-se, entre outras artes, a xávega. A partir de então são introduzidas novas técnicas, permitindo um crescimento do sector piscatório, mas, ao mesmo tempo, espoletando questões de sustentabilidade ambiental, uma vez que a captura piscícola era indiscriminada e varria os fundos marinhos, não permitindo a regeneração das espécies. Nesse contexto, a partir do século XVIII com o aparecimento da *art de bous*, defende-se a continuidade da utilização das artes tradicionais, como a xávega, pois, para além de menos prejudicial, era socialmente aceite devido à necessidade de mão-de-obra em terra para puxar as redes, sendo por isso designada por *arte dos pobres*⁹⁴. Veja-se que denominam a xávega com diferentes nomes, consoante a zona e a altura do ano em que é empregue. Das praias da Catalunha para as da Andaluzia, o nome vai variando. Por exemplo, na Catalunha é conhecida por *Art*, em Valência *Arte Real* ou *Boliche*, na Andaluzia *Arte de Malla Real* e *Bol* em Alicante⁹⁵. Sofre alterações no seu tamanho, devido à tipologia costeira e do leito marinho em que é utilizada, nomeadamente da sua constituição geomorfológica. Por

⁹² REGUART; 1795, Tomo V, p. 397.

⁹³ ALVAR; 1975, p. 42, nota 23.

⁹⁴ ALEGRET; GARRIDO; 2006, pp. 31-34

⁹⁵ REGUART; 1795, Tomo V, pp. 352-354.

exemplo, em zonas menos arenosas onde se não pode empregar a xávega, ou em alturas do ano em que se torna impossível a sua utilização (Junho e Julho devido ao intenso calor e no Inverno devido às condições meteorológicas adversas) utiliza-se a chamada *Media-Xábega*, *Média-Arte* ou *Bolicho*⁹⁶.

A introdução desta arte em Portugal com a denominação *arte xávega* parece, portanto, compreender uma junção da nova *art de bous* com a anterior xávega, já conhecida pelos pescadores desde pelo menos o século XV. Aliás, também se lhe refere o termo *arte nova*, o que pressupõe a existência de uma arte anterior mas similar.

4. Conclusão

Técnica piscatória comumente referida como uma inovação do século XVIII, a arte xávega remonta as suas origens a períodos bastante remotos. Na verdade, as artes de arrasto com as quais partilha semelhanças são praticadas desde pelo menos 3500 antes de Cristo. Do mesmo modo, a Arqueologia comprova a importância da atividade piscatória, tanto na região do mediterrâneo, quanto na costa Atlântica portuguesa, através de utensílios utilizados à época, entre os quais as redes e seus flutuadores. Das embarcações denominadas de *barco de mar* e utilizadas ainda hoje na faina, encontram-se semelhanças na distante Mesopotâmia e nos seus *barcos de meia-lua*. Sobre a nomenclatura, sabe-se provir do vocabulário Árabe. Assim, tudo indicia uma anterior introdução desta arte piscatória em Portugal, nomeadamente pela mão dos Muçulmanos ou, quem sabe, até anteriormente. No entanto, à falta de elementos comprovativos mais cabais que o permitam afirmar, deixaram-nos os documentos escritos tardo medievais, provas da existência de uma arte cujas características, se não fossem iguais às da (re) surgida *arte xávega* ou *arte nova* de oitocentos, pelo menos seriam análogas. Mas se dúvidas restassem, uma vez que o relato medieval não estabelece *ipso factum* as dimensões e características da arte, fica-nos uma incrível coincidência desta pesca ser sempre aludida em regiões costeiras cujo culminar dos processos geomorfológicos se coadunam cronologicamente com a datação do relato medieval. Coincidências? Não nos parece. Na verdade, tudo converge para se afirmar que pelo menos desde inícios do século XV a xávega era já uma das principais artes de

pesca costeira realizada nos extensos areais recentemente formados ou em plena formação. Ficam ainda em aberto hipotéticas contribuições relativamente a outros países por onde os Portugueses passaram e que sabemos, utilizam este tipo de técnica piscatória ou técnicas similares, embora sem lhe dar a mesma nomenclatura. Talvez por aqui se consiga uma melhor clarificação do problema. Do mesmo modo, seria necessário aclarar se a pesca do bacalhau que cresce a partir do século XVI, desviou a mão-de-obra experimentada na pesca, nomeadamente a que estava ligada á xávega. As referências coevas referentes à atividade da xávega diminuem, embora não desapareçam totalmente, o que faz supor tal situação.

Fontes Históricas:

FERREIRA, F. M. T. 2009. *O Tombo da Confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá*. Aveiro: Junta da Freguesia de Vera Cruz, 638p.

MADAHIL, A. G. da R. (Org.). 1959. *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos*. Vol. I (959-1516), Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 330p.

MARQUES; J. M. da S. 1988. *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*; Volume I (1147-1460), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 741p.

MARQUES; J. M. da S. 1988. *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*; Suplemento ao Volume I (1057-1460), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 717p.

MARQUES; J. M. da S. 1988. *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*; Volume III (1461-1500), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 810p.

MARTINS, J. P. O. de; ALMEIDA, M. L. de. 1792. *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 530p. Disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1ind.htm> (Consultado em Agosto de 2014).

MARTINS, J. P. O. de; ALMEIDA, M. L. de. 1792. *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro IV, Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 406p. Disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l4p233.htm> (Consultado em Agosto de 2014).

Memórias Paroquiais de 1758, vol. 3, nº 51, p. 389.

⁹⁶ *Idem*; pp. 363-365.

Disponível: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4238933>
(Consultado em Agosto de 2014).

SOUSA, M. F. de B. e (Visconde de Santarém) 1828. Alguns documentos para servirem de provas à parte 2ª das memórias para a história, e theorias das cortes geraes, que em Portugal se celebrarão pelos tres estados do reino. In: *MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA, E THEORIAS DAS CORTES GERAES, QUE EM PORTUGAL SE CELEBRÁRÃO PELOS TRES ESTADOS DO REINO ORDENADAS, E COMPOSTAS NO ANNO DE 1824 PELO 2º VISCONDE DE SANTARÉM...* Lisboa: Impressão Régia, 346p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J. de. 1992. Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In: ALMAGRO-GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (eds.) *Paleoetnología de la Península Ibérica: actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de Universidad Complutense*. Madrid: Universidad Complutense, p. 339-345.
- ALEGRET, J. L. & GARRIDO, A. 2006. Aproximació a l'activitat pesquera a la regió de l'Empordà (segles XV-XVIII): adaptacions a un medi en constant transformació. In: *Estudis D'Història Agrària*, 19: p. 27-47.
- ALVAR, M. 1975. História Lingüística de Jávega. *Anuario de Letras: revista de la Facultad de Filosofía y Letras*. México: Universidad Nacional Autónoma, 13: p. 33-53.
- ALVES, J. S. F. ; DIAS, J. M. A.; ALMEIDA, M. J. R. de; FERREIRA, O. & TABORDA, R. (1988-1989) A armadilha de pesca Romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7: p. 187-226.
- AMADOR, J. J. L. & GIL, J. A. R. 2010. Arqueología y Etnografía de los Recursos Marinos en el Puerto de Santa Maria (Cádiz). *Reviste de História de el Puerto*, 44: p. 9-57.
- AMORIM, I. 1996. *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*. Tese (Doutoramento Curso de História), Vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 566 p. Disponível: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28865> (Consultado em Julho de 2014).
- AMORIM, I. 1997. Da pesca à salga da sardinha: recursos, tecnologia da pesca e tecnologia da conservação, na costa de Aveiro (2ª metade do séc. XVIII a inícios de XIX). In: *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Centro Leonardo Coimbra, p. 25-43.
- AMORIM, I. 2002. Recursos marítimos e tecnologia no séc. XVIII – pesca, sal e moliço no litoral e ria de Aveiro. *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 185-204.
- AMORIM, I. 2009. The Evolution of Portuguese Fisheries In The Medieval And Early Period: A Fiscal Approach. In: Sicking, L. & Abrev-Ferreira, D. *Beyond the Catch: Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*. Leiden: Brill, p. 246-279.
- ARAÚJO, M. da A. 2002. A Evolução do Litoral em Tempos Históricos: a contribuição da Geografia Física. *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 73-91.
- BARATA, F. T. 1998. *Navegação, comércio e relações políticas: Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 603p.
- BARROS, H. da G. 1949. *História da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*. Tomo VI, 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 638p.
- BASTOS, M. R. da C. 2006. *O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Tese (Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, na especialidade de História). Universidade Aberta, Lisboa. 285 p. Disponível: <http://hdl.handle.net/10400.2/781> (Consultado em Agosto de 2014).
- BASTOS, M. R. & DIAS, J. A. 2012. Um teste de resiliência nas relações homem-meio: o caso da restinga arenosa da laguna de Aveiro. In: RODRIGUES, M.A.C. ; PEREIRA S.D. & SANTOS, S. B. dos (Eds.) *Baía de Sepetiba: Estado da Arte*. Rio de Janeiro: Ed. Corbã, p. 239 - 250.
- BRANDT, A. V. 1984. *Fish Catching Methods of the World*. Surrey, England: Fishing News Books Ltd.

- 418p.
- CALADO, M. 1994. *Da Ilha de Peniche*. Edição do Autor, 117p.
- CASASOLA, D. B. 2008. Arqueología de las Redes de Pesca. Un Tema Crucial de la Arqueología Marítima Hispanorromana. In: *Territorios marítimos, comunicaciones, espacios naturales y humanos en la Bética costera*. Revista Mainake, 30: Málaga: Centro de Ediciones Málaga.es Diputación, p. 181-215.
- CAVACO, C. 1974. Monte Gordo, aglomerado piscatório e de veraneio. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. IX, Nº 17, p. 75-99.
- CORTESÃO, J. 1978. *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Vol. I: História, Lisboa: Livros Horizonte, 265p.
- CUNHA, R B. da S. 1972. Subsídios para a conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI. *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXIX, Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 5-72.
- DAVID, C. W. 1936. De expugnatione Lyxbonensi The conquest of Lisbon. *Records of Civilization Sources and Studies* (number XXIV). New York: Colombia University Press, 201p.
- DIAS, J. M. A.; 1988. Aspectos Geológicos do Litoral Algarvio. *Geonovas*, Vol. X. Lisboa, p. 113-128.
- DIAS, J. M. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. 1997. Evolução da Linha de Costa, em Portugal, Desde o Último Máximo Glaciário até à Actualidade: Síntese dos Conhecimentos. In: *Estudos do Quaternário (1)*. Lisboa: APEQ, p. 53-66.
- DIAS, J. M. A. 2004. A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In: *Evolução Geohistória do Litoral Português e Fenómenos Correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*, p. 157-170.
- DIAS, J. A. 2009. Alguns exemplos de rápida evolução costeira em Portugal. In: *O Futuro do Ambiente da Península Ibérica: as lições do passado geológico recente*. BOSKY, T. ; MOURA, D.; GOMES, A; (Eds.) *VII Reunião do Quaternário Ibérico, Livro de Resumos*. Faro: CIMA, p. 17-21. Disponível: http://tierra.rediris.es/aequa/doc/libro_de_resumens.pdf. (Consultado em Agosto de 2014).
- DIAS, J. A.; BASTOS, M. R.; BERNARDES, C.; FREITAS, J. G.; MARTINS, V. 2012. Interacções Homem-Meio em zonas costeiras: O caso de Aveiro, Portugal. In: RODRIGUES, M.A.C.; PEREIRA S.D. & SANTOS, S. B. dos (Eds.) *Baía de Sepetiba: Estado da Arte*. Rio de Janeiro: Ed. Corbá, p. 215-249.
- DINIS, A. J. D. 1960. *Estudos Henriquinos*. Vol. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 530 p.
- DOMINGUES, J. 2008. *As Ordenações Afonsinas, Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*. Sintra: Zêfiro, 601p.
- ETIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. 1994. *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FABIÃO, C. 2006. A exploração de recursos marinhos na Lusitânia romana: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação. In: *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho (I Conferencia Internacional)*. Cádiz: Junta de Andalucía, p. 493-529.
- FABIÃO, C. 2007. Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. In: *Actas do 4o Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga*. Xelb (7), Silves: Câmara Municipal, p. 131-142.
- FABIÃO, C. 2009. Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na lusitania. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 17: p. 555-594.
- FARIA, R. C. & GANDULLO, M. A. C. 2013. Una propuesta para el análisis de la articulación social del litoral Andaluz através de la pesca. In: *Encrucijadas Para las Sociedades Pesqueras del Sur en el Marco de la Globalización*. Revista Andaluza de Antropología, 4: pp. 55-78. Disponível: <http://www.revistaandaluzadeantropologia.org/uploads/raa/n4/caceresyorbacho.pdf> (Consultado em Agosto de 2014).
- FILGUEIRAS, O. L. 1977. The Xávega Boat – a case study in the integration of archaeological and ethnological data. In: SEAN MCGRAIL (ed), *Sources and Techniques in Boat Archaeology*. Archaeological Series, nº 1, BAR supplementary series 29, Greenwich: National Maritime Museum, p. 77-111.
- FERREIRA, O. da V. 1968. Algumas Notas Acerca da Pesca na Antiguidade. *O Archeologo Português*.

- Lisboa: Museu Ethnographico Português, Série 3, Vol. 2, p. 113-133.
- FERREIRA, S. C. 2007. *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado (Curso integrado de estudos pós-graduados em História Medieval e do Renascimento) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 324p. Disponível: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14653>. (Consultado em Agosto de 2014).
- FREITAS, J. G. 2010. *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 421p.
- GIRÃO, A. A. 1922. *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra: Imprensa da Universidade, 196p.
- GODINHO, V. M. 1983. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Vol. IV, 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 358p.
- GOMES, S. R. F. 2011. *Territórios Medievais do Pescado do Reino de Portugal*. Dissertação de Mestrado (Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 112p. Disponível: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18460>. (Consultado em Agosto de 2014).
- HENRIQUES, M. V. 1996 *A faixa Litoral entre a Nazaré e Peniche. Unidades Geomorfológicas e Dinâmica Actual dos Sistemas Litorais*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 575 p.
- HENRIQUES; M. V. 2013. O Litoral dos Coutos de Alcobaça. Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira. In: Carreiras; J. (Dir.) *Mosteiros Cistercienses. História, arte e Património*. Tomo III, Alcobaça: Jorlis, p.423-442.
- IRIA, A. 1988. O Algarve e os Descobrimentos. In: *Descobrimentos Portugueses*. Vol. II, Tomo I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 399p.
- LAMY, A. 2001. *Monografia de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar (922 – 1865)*. 2ª Edição, revista, actualizada e aumentada, Vol. 1 (922-1865), Vol. 2 (1865-1916), Ed. Câmara Municipal de Ovar. 543p. 551p.
- LAMY, A.; RODRIGUES, A. 2000. *Furadouro uma terra com passado e com futuro*. Ed. Comissão de melhoramentos do Furadouro. 83 p.
- LEGUEY, J. P. 1993. O “Portugal” Germânico. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O. (Dir.) *Nova História de Portugal*. Vol. II, Lisboa: Presença, p. 11-115.
- LOBO, C. B. de L. 1791. Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o aditamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo III, Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. p. 351-374.
- LOBO, C. B. de L. 1812. Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o aditamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo IV, Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. p. 313-376.
- LOPES, J. B. S. 1841. *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica, e Topografica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia R. Das Sciencias, 528p. + anexos.
- LUCCI, L. F. L. S. 1918. *Alterações Litorais. A Ria de Aveiro*. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 70p.
- MADUREIRA, N. L. (coord.); AMORIM; I. (org.) 2001. *História do Trabalho e das Ocupações*. Vol. II: As pescas. Oeiras: Celta Editora. 298p. Disponível: http://www.academia.edu/2051111/Historia_do_Trabalho_e_das_Ocupacoes_Lisboa_Editorial_Celta_2001_Volume_II (Consultado em Julho de 2014).
- MAGANTO, J. M. 1992. Las Tecnicas de Pesca en la Antigüedad y su Implicacion Economica en el Abastecimiento de las Industrias de Salazon. *Cadurnos de Prehistoria e Arqueologia*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, (19), p. 219-244.
- MARQUES, A. H. de O. 1981. *A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos da Vida Quotidiana*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 296p.
- MARQUES, A. H. de O. 1987. Portugal Na Crise Dos Séculos XIV E XV. In: COELHO, M. H. da C. &

- HOMEM, A. L. de C. (Coord.) *Nova História de Portugal*. Vol. IV, Lisboa: Editorial Presença, 655p.
- MARQUES, A. H. de O. 1993. O Portugal Islâmico. In: SERRRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O. (Dir.) *Nova História de Portugal*. Vol. II, Lisboa: Presença, p. 117-249.
- MARTINS, F. 1947. A configuração do litoral português no último quartel do século XIV – Apostila a um mapa. *Biblos*, XXII (I), Coimbra, p. 163-197.
- MARTINS, J. P. O. de & ALMEIDA, M. L. de. 1972. *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, Livro I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 530p. Disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/aonsinas/11ind.htm> (Consultado em Agosto de 2014).
- MARTINS, J. P. O. de & ALMEIDA, M. L. de. 1972. *Ordenações do senhor Rey D. Affonso V*, Livro IV. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 406p. Disponível: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/aonsinas/14p233.htm> (Consultado em Agosto de 2014).
- MENDES, A. R. (Coord.) 2010. *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. 202p.
- OLIVEIRA, M. de. 1967. *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar. 259 p.
- PEDROSA; F. G. 1985. A Evolução das Artes de Pesca em Portugal. *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXV, p. 287-319.
- PEREIRA, O. N. A. & BASTOS, M. R. 2014. O “Estado da Arte” da Pesca Medieval: o Caso da Região de Aveiro. In: PEREIRA, S. D.; FREITAS, J. G.; BERGAMASCHI, S. & RODRIGUES M. A. C. (Eds.) *Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico – Brasil / Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. Corbã, p. 215 - 228.
- ROMBA, S. 2008. *Evolução Urbana de Olhão*. Dissertação de Mestrado (História da Arte, Especialização em História da Arte Portuguesa) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Disponível: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/312?mod=e=full> (Consultado em Agosto de 2014).
- REGUART, S. 1795. *Diccionario Historico de los Artes de la Pesca Nacional*. Madrid: Imprenta de la Viuva de Don Joaquin Ibarra. 418p.
- SILVA, A. de M. 1789. *Dicionário da Língua Portuguesa, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Vol. I, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 752p. Disponível: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.cotributor.author:%22Bluteau,+Rafael,+1638-1734%22> (Consultado em Agosto de 2014).
- SILVA, A. de M. 1831. *Dicionário da Língua Portuguesa composto por António de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 4ª Ed. Tomo I e II, Lisboa: Impressão Régia, 815p. 907p. Disponível: <http://books.google.pt/books?id=VgxaAAAAcAAJ> (Consultado em Agosto de 2014).
- SOUTO, A. 1923. *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*. Aveiro, Livraria João Vieira da Cunha Editora, Tipografia Minerva-Central. 165 p.
- SOUTO, H. 2003 (a). *Comunidades de pesca artesanal em Portugal*. Lisboa: Academia de Marinha. 29p. Disponível: <http://www.henriquesouto.net/resources/Comunidades%20de%20Pescaria%20Artesanal%20em%20Portugal.pdf> (Consultado em Julho de 2014).
- SOUTO, H. 2003 (b). *Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas*. GeoInova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional; FCSH/UNL (8), p. 165-177.
- TAVARES, M. J. F. 1992. *História de Portugal Medieval (Economia e Sociedade)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- VITERBO. J. de S. R. 1865. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* Vol. I, Lisboa: 2ª Ed. A. J. Fernandes Lopes, 343p. Disponível: <http://purl.pt/13944> (Consultado em Agosto de 2014).